

# A dança dos números sociais



**A**s séries de pobreza brasileiras indicam duas marcadas mudanças de patamar nos últimos 15 anos. Em primeiro lugar, no biênio 1993-1995, a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria passa de 35,3% para 28,8% da população brasileira. Em 2003, a miséria ainda atingia 28,2% da população quando inicia um novo período de queda, chegando a 22,7% em 2005. Isto compõe uma queda acumulada de 19,18% entre 2003 e 2005, magnitude comparável a queda de 18,47% do período de 1993 a 1995. O conceito de miséria é definido como a parcela da população que tem renda per capita inferior a 121 reais a preços de hoje da grande São Paulo ajustada por diferenças regionais de custo de vida.

Agora quem foram os principais ganhadores e os perdedores da dança distributiva. Começamos por análise por tamanho de cidade, as metrópoles (comparadas às áreas urbanas e rurais) são os lugares que apresentaram o maior crescimento relativo da miséria no período entre 1995 e 2003, de 41%, refletindo a chamada crise metropolitana vigente; mas nos dois episódios de 1993 a 1995 e 2003 a 2005, as metrópoles foram as que apresentam os melhores desempenhos

relativos, caindo 23,7% entre 2003 e 2005 e 32% entre 1993 e 1995.

Na verdade, fora os períodos 1993-95 e 2003-05, a miséria nas grandes metrópoles subiu praticamente em todos os anos. Após forte queda no período de lua-de-mel com o plano Real, quando a miséria cai de 22,16% para 15,07%, ela sobe atingindo em 2003 21,25%, tendência de alta interrompida daí até 2005 quando chega a 16,22%. Serão os primeiros sinais de superação da chamada crise metropolitana?

As áreas urbanas refletindo a boa performance de cidades de tamanho intermediário são a que apresentam no período total de 1993 a 2005, a maior redução acumulada de miséria 35,8%, superando as áreas metropolitanas e rurais com reduções de 26,8% e 27,2%, respectivamente. Tanto em termos de nível como nas variações ano a ano, a miséria urbana segue os padrões daquela observada para o país como um todo, inclusive os padrões de redução em anos eleitorais, como em 1998 e 2002. Olhando para o período 1993 a 2005, observamos queda sistemática da miséria urbana de 31,52% para 20,37%. As áreas rurais apresentam um desempenho mais regular nos diversos sub-períodos. A miséria rural cai sistematicamente em quase todos os anos da série, inclusive em períodos de seca do Nordeste, como 1998 e 2001. Este padrão foi influenciado menos pela expansão do agronegócio e mais por políticas públicas voltadas para o campo, em particular programas de transferência de renda.

A comparação de dados de crescimento de renda domiciliar per capita gerados a partir da PNAD e do PIB per capita apresentam fortes discrepâncias em suas taxas de crescimento em diversos períodos. Em 2005, tivemos um crescimento do PIB per capita comparável ao do Haiti (0,83%), enquanto o de renda domiciliar per capita da PNAD foi de 6,6%, mais próximo ao de países realmente emergentes como a Índia. Em compensação a desigualdade medida pelo Gini cai pouco, 0,6%, bem abaixo da queda dos três anos anteriores: - 1,9% em 2004, -1% em 2003, e -1,2% em 2002.

Em 2005 a renda dos 50% mais pobres sobe 8,56%, a parcela dos 40% intermediários sobe 5,74% e a renda dos 10% mais ricos sobe 6,89%. Em 2005, se o pão dos pobres não caiu com a margarina voltada para baixo, o "croissant" da elite também não caiu com a geléia importada no chão.

A iniquidade inercial brasileira internacionalmente conhecida ficou mais ou menos estagnada nas três décadas anteriores, passa a dar sinais de queda consistente desde o começo do milênio. A parcela dos 50% mais pobres sobe de 12,5% para 14,1% entre 2001 e 2005. Já a fatia dos 10% mais ricos cai de 47,2% para 45,1%.

No período mais recente (2003 a 2005), o crescimento anual total de 4,8%, também de distribuiu de forma diferenciada entre os segmentos populacionais. Os 50% mais pobres foram os que mais ganharam, com acréscimos anuais de 8,4% na renda (contra 3,7% do décimo mais rico e 4,9% do grupo intermediário). Esta melhora re-

cente pode ser atribuída a adoção de novos programas sociais. Em outubro de 2003, o governo adotou o Bolsa Família, que seguia a mesma linha dos programas sociais de governos anteriores, expandindo o número de beneficiários e o tamanho médio do benefício. O salário-mínimo cresceu 75% em termos reais no início de 1995 a 2004, e 94% até 2006. Incluindo o aumento de quase 10% e 14% real em 2005 e 2006. Os dados revelam ainda o cumprimento da primeira meta em metade do tempo previsto (de 25 anos), ou entre 13 anos, contados a partir de 1992, dada a

---

**No período recente (2003/05), os 50% mais pobres foram os que mais ganharam, com acréscimos anuais de 8,4% na renda**

---

consistência metodológica dos questionários da PNAD e não do marco zero das metas em 1990. Tomando como base 1992, a redução acumulada de miséria até 2005 atinge 54,6%. Ou seja, a meia vida da extrema miséria do Brasil que deveria ser de 25 anos pelos acordos internacionais acabou sendo aproximadamente a metade disso.

É preciso ter em mente que adoção e expansão de um novo regime de políticas de renda — sem acabar com o antigo regime — baseado na expansão dos novos programas de transferência de renda financiados pelo governo federal leva a uma expansão

das despesas públicas levando ao pesado incremento da carga tributária em 10 pontos percentuais do PIB a partir de 1995, alcançando cerca de 38% no final de 2005 e altas taxas de juros real e, contribuíram para o aumento da dívida pública brasileira, a mais da metade do PIB. Estes elementos criam um paradoxo de reduzir fortemente a miséria crescendo pouco.

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$ 121,00 por mês) cairá dos 22,77% de 2005 para 19,74% em quatro anos, uma queda de 13,28%, se a renda nacional crescer cerca de 4,5% ao ano, ou 2,9% em termos per capita, ou seja já descontando o crescimento populacional.

Agora, redução seria muito maior se esse crescimento de 4,5% da renda viesse de mãos dadas com redução da desigualdade similar àquela ocorrida entre 2001 e 2005. Se a expansão de 4,5% da renda fosse combinada com uma queda de 0,02 ponto de porcentagem do índice de Gini, a miséria brasileira cairia 34,05%. A proporção de miseráveis passaria para 15%, ou seja, uma queda de 34,05%. Vale assinalar que a queda mencionada apenas levaria a desigualdade brasileira medida pelo índice de Gini de 0,568 para os níveis de 0,548.

---

**Marcelo Côrtes Neri**, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da Deficiência", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensaio sociais".  
E-mail: mcneri@fgv.br